



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas - FACE

Departamento de Gestão de Políticas Públicas - GPP

MARCOS JONATAS DE ARAUJO OLIVEIRA

**POLÍTICA DE COTAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: como a ação afirmativa
tem auxiliado na democratização do ensino?**

Brasília – DF

2022

MARCOS JONATAS DE ARAUJO OLIVEIRA

**POLÍTICA DE COTAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: como a ação afirmativa
tem auxiliado na democratização do ensino?**

Projeto de Residência em Políticas Públicas
a ser apresentado como trabalho final da
disciplina de “Projeto de Pesquisa”.

Professora Orientadora: TATIANA LEMOS
SANDIM

Brasília – DF

2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu saudoso tio, Oziel de Oliveira Cunha (in memorian).

AGRADECIMENTOS

Queria agradecer primeiramente a Deus e posteriormente a minha querida mãe, Antonia Claudete de Araujo Oliveira, que nunca mediu esforços para me fazer bem. Aproveito este mesmo espaço para agradecer a minha amável esposa, Daianne Monteiro de Oliveira, por toda paciência ao longo dessa graduação e, principalmente agora, neste processo, do findar da graduação.

Aproveito ainda este espaço para agradecer a todos os grandes amigos que fiz no ambiente acadêmico. São eles: Beatriz Santana Fernandes de Jesus, Isabel Beatriz Araujo Bidô, Flávia Samantha Martins Guimarães, William Neves da Silva, Silas de Sousa Lima, Gustavo Rodrigues Brito e Bernardo Moreira Amado Barros.

Por último, quero agradecer a todo o corpo docente da Universidade de Brasília, mas aqui quero fazer destaque aos professores da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas – FACE. Quero aqui, nos agradecimentos, fazer menção aos professores que tiveram grande importância nessa fase final do processo de formação da graduação, que são: Tatiana Lemos Sandim, Icaro Jorge da Silva Santana e Josivania Silva Farias.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
1. INTRODUÇÃO.....	6
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....	6
1.2 PERGUNTA DE PESQUISA	7
1.3 OBJETIVOS.....	8
1.4 JUSTIFICATIVA.....	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.2.1 AÇÕES AFIRMATIVAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	12
2.4 Diretoria de Acessibilidade – Daces.....	15
3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	18
3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	18
3.2 TIPO DE PESQUISA	18
3.3 FONTES DE PESQUISA	19
3.4 DESCRIÇÃO DA APLICAÇÃO DE PESQUISA.....	20
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA	21
4.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	21
4.2 RESULTADOS DE PESQUISA.....	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
5 REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Esta pesquisa analisou a política afirmativa de cotas para pessoas com deficiência na Universidade de Brasília. A política em questão é baseada na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que, dentre diversos temas ligados ao bem-estar da pessoa com deficiência, toca no tema que aqui temos intenção de analisar, visando garantir o direito à igualdade de oportunidade para a pessoa com deficiência no acesso à educação superior de ensino, como podemos ver através do Artigo 28, inciso XIII. Na regulamentação institucional, a universidade possui alguns poderes, como o de redistribuir o quantitativo de vagas de formas diferentes, cabendo a administração da instituição a regulamentação dos moldes desta lei, respeitando sempre a especificidade de ofertar até 50% das vagas para cotas sociais em geral, ou seja, para candidatos indígenas, negros, PcDs e etc.

As cotas são obrigatórias em todas as universidades públicas brasileiras. De acordo com a Lei nº 14.723/2023, que estabelece a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, autodeclarados pretos, pardos e indígenas em universidades federais e institutos federais de ensino. A partir daí cada instituição tem autonomia para decidir como implementar suas políticas de ações afirmativas. Muitas universidades públicas brasileiras adotaram políticas de cotas como uma forma de promover a inclusão social e a diversidade no ambiente acadêmico, mas algumas podem ter sistemas de ingresso diferentes, como a ação afirmativa que pretendemos analisar. Essas políticas podem variar de acordo com a universidade e sua própria deliberação interna.

A ação afirmativa adotada pela Universidade de Brasília ocorre de forma semelhante às políticas existentes em diversas universidades do Brasil, como por exemplo na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), pioneira neste tema no país. Nesta instituição, mais especificamente, conforme a Lei estadual nº 5.346/2008 do Rio de Janeiro, de 11 de dezembro de 2008, que visa garantir o direito de 5% para pessoas portadoras de deficiência e para filhos de policiais e bombeiros.

Como ocorre na UnB, a lei de cotas para pessoas com deficiência adotada na UERJ está dentro das cotas sociais, que também abrange estudantes da rede pública de ensino e estudantes de baixa renda.

Os direitos para as pessoas com deficiência foram incorporados na Constituição Federal, diferente de outras ações afirmativas, para outros públicos minoritários que, ao longo do tempo, foram conquistando direitos através de diversas políticas inclusivas. Assim, a Constituição Federal do Brasil foi influenciada em grande parte sobre as convenções internacionais que tivemos ao longo da história, com intenção de garantir direitos básicos da humanidade. A Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, também é chamada de “constituição cidadã” porque ampliou os róis de direitos sociais a serem garantidos à população brasileira de forma universal e, em muitos casos, sem exigência de contrapartida alinhando o país às diversas convenções internacionais. Essa ampliação no campo dos direitos visava, entre outros objetivos, minimizar as diversas desigualdades sociais vivenciadas pela população brasileira e, dentro dela, pelas pessoas com deficiência. Sobretudo quando analisamos o cenário político brasileiro dessa época, que havia passado recentemente por mais de 20 anos de ditadura, que suprimiu vários direitos básicos da sociedade.

Na Universidade de Brasília a política é gerida pela Diretoria de Acessibilidade – Daces. Essa diretoria é quem recebe o público-alvo desde o primeiro momento, quando o aluno com deficiência vai realizar sua matrícula na Universidade de Brasília, ele é recepcionado com informativos sobre a Diretoria e é convidado a conhecer seu trabalho. Isso aconteceu com o autor desta pesquisa, que também é um aluno com deficiência, e isso o motivou na realização deste trabalho.

1.2 PERGUNTA DE PESQUISA

Para esta pesquisa, através da ótica do campo de políticas públicas, iremos discorrer sobre a seguinte pergunta.

Como a Diretoria de Acessibilidade – Daces tem amparado seus atendidos e quais estratégias eles têm tomado para conseguir atender o público-alvo?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

O presente estudo, feito aqui, tem como objetivo analisar os dados obtidos através dessa pesquisa, para informar o leitor sobre o trabalho feito pela Diretoria de Acessibilidade – Daces aos alunos com deficiência da Universidade de Brasília.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar e analisar, do ponto de vista dos alunos com deficiência, as estratégias do setor responsável pelo atendimento de graduandos com deficiência.
- Analisar os relatos dos alunos atendidos pela diretoria responsável e, analisar, junto ao relato da gestão da diretoria, se o trabalho da diretoria tem conseguido atender os alunos com deficiência.

1.4 JUSTIFICATIVA

Dado o momento político atual, em que recentemente diversas políticas foram implementadas e formuladas não propondo avanços nas políticas afirmativas e mais bem voltadas para seu desmonte, esperamos que essa iniciativa de análise agregue conhecimento sobre público de Pessoas com Deficiência, estudantes da Universidade de Brasília.

O número de pessoas atendidas por políticas de ação afirmativa tem aumentado ao longo dos anos o que torna mais importante a realização de estudos específicos nas instituições públicas de ensino. Podemos confirmar este relato através de uma das falas do gestor da Diretoria de Acessibilidade que entrevistamos para esta pesquisa.

O estudo sobre as leis que abrangem os direitos desse público minoritário da sociedade, formado por pessoas com deficiência e a análise sobre suas experiências

de inclusão na universidade pode contribuir para aperfeiçoar as políticas futuras, bem como formular novas políticas através de estudos e análises de pesquisas sobre esse tema.

Em termos de efetividade o Brasil ainda é recente nas leis voltadas para ações afirmativas, se compararmos a outros países, sobretudo quando falamos de Pessoas com Deficiência (SARLET, 2019). Com os números e demais dados aqui apresentados, ao longo desse trabalho acadêmico, pretende-se que possamos chegar numa conclusão sobre a execução dessa política pública na Universidade de Brasília.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O tema a ser analisado almeja discorrer sobre democratização do ensino e, nesse sentido, é imprescindível que a linguagem aqui utilizada esteja acessível para todo e qualquer público com interesse pelo tema aqui referenciado.

O tema *locus* desta pesquisa acadêmica tem como diferencial o objetivo de focar no público de pessoas com deficiência, alunos da Universidade de Brasília, diferenciando-as de outros públicos também minoritários e igualmente beneficiários de ações afirmativas, amplamente conhecidos como alunos cotistas, quer seja de baixa renda ou indígenas. Para isso, dividimos os temas no estudo do conceito de política pública, ações afirmativas e pessoas com deficiência.

2.1 POLÍTICA PÚBLICA

A política pública pode ser definida como um conjunto de ações tomadas por atores políticos ou grupos de pessoas. Estes atores envolvidos na política é que ditam a respeito dos meios necessários para alcançarem o objetivo da política, bem como dos meios necessários que serão utilizados para atingir o objetivo da política (JENKINS, 1978). Já para Thomas Dye, política pública é “tudo o que um governo decide fazer ou deixar de fazer” (DYE, 1972 apud HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 6).

Como exposto aqui, a política pública nem sempre é considerada como algo exclusivo de atores públicos, mas também, muitas vezes, os atores privados estão inseridos no processo da criação da política pública. Atores públicos na maioria das vezes são os políticos, estes políticos que trabalham fazendo o cálculo eleitoral do quanto essa política poderá beneficiá-lo eleitoralmente e dependendo do resultado funcional de outras posições políticas (RUA, 1998). Também temos os burocratas, que diferente dos políticos, estes não precisam do cálculo eleitoral e, que não dependem de ações de terceiros para lograrem êxito em seus cargos e que por isso, possuem conhecimento necessário para sua determinada atuação. Ainda assim os burocratas, em sua maioria, trabalham por meio de controle informacional e acabam envolvidos na política através de projetos políticos (RUA, 1998).

Já os atores privados podem ser empresários, Organizações não Governamentais - ONGs, e até mesmo a mídia. Os empresários têm o poder do capital financeiro, pelo qual podem influenciar em determinadas políticas através de doações para campanhas políticas, como por exemplo.

As ONGs, por estarem mais próximas da população alvo de uma política, acabam se tornando um importante recurso político, pois por estarem mais inseridas na sociedade ou público-alvo da política, elas possuem o seu poder de influência em comunidades. Já a mídia tem se tornado cada vez mais um importante ator, já que através dela os cidadãos vêm reivindicar um direito, leia-se política pública, ou denunciar a falta de manutenção de uma determinada política pública pela qual se beneficiam.

A política pública é feita de várias etapas, pelas quais os atores podem precisar de qualificação, em cada um processo respectivo, para que se obtenham êxito na implementação (penúltimo processo). Estes processos são divididos em formulação, implementação e avaliação (RUA, 1998; MELO,1999). Na formulação é feita toda a discussão da política almejada, dando início ao planejamento de toda agenda que será necessária para implementação. Na implementação é colocada em prática a política, ou são inseridos esforços físicos para a construção de uma determinada demanda social. Na avaliação é feita a mensuração de eficiência, eficácia e efetividade da determinada política e, dependendo do resultado a política poderá sofrer um processo de mudança ou reestruturação.

2.2 PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Pessoas com deficiência têm vivenciado ao longo dos anos um histórico de discriminação por parte da sociedade, a exemplo do que ocorre com diversos grupos minoritários da sociedade, como os negros e as mulheres. Várias ações afirmativas têm sido criadas para incluir tais parcelas populacionais e uma das ações mais comuns nesse sentido são as cotas institucionalizadas em órgãos e esferas de instituições públicas. Isto é feito para que esses grupos minoritários sejam incluídos, de forma igualitária, em diversos setores e meios da sociedade.

Num recente levantamento realizado pela Diretoria de Acessibilidade – DACES e disponibilizado para acesso público no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a Universidade de Brasília possui, até o dia 25 de outubro de 2023, 1.222 de estudantes com deficiência com status de ativo ou formando (UnB, 2023). Essas ações afirmativas nas universidades têm facilitado a inclusão de pessoas com deficiência, permitindo que estes alunos possam competir em igualdade de condições por vagas com outros candidatos.

O conceito utilizado para se referir às pessoas com deficiência vem mudando ao longo do tempo. Outrora, e mais recentemente, as chamávamos de Pessoas com Necessidades Especiais, PNE. Este termo caiu em desuso e foi substituído pelo termo “pessoa com deficiência, como recomenda a Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência” (ONU, 2006). Para o conceito formal da palavra, que podemos encontrar em alguns dicionários da língua portuguesa, alguns termos utilizados são: deformação física, insuficiência de uma função física ou mental, mutação cromossômica proveniente de perda de pedaço de cromossomo, imperfeição. (AURÉLIO, 2014; MICHAELIS, 2009). Sendo que até mesmo essas definições vêm sofrendo alterações ao longo do tempo.

Partindo para a definição institucional, a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, define deficiência como:

I - Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - Deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e
III - Incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (BRASIL, 1999).

Conforme a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, portanto tornando-a uma lei mais recente, onde esta lei trata sobre os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esta lei institui que as pessoas com TEA são consideradas, para todos os efeitos legais, pessoas com deficiência.

2.3 AÇÕES AFIRMATIVAS

Ações afirmativas são políticas públicas que objetivam diminuir a disparidade de classes sociais que sejam minoritárias, fazendo com que a diferença de concorrência ou desigualdade social seja minimizada através de determinadas políticas. Essas políticas, por exemplo, podem tornar crimes qualquer discriminação que essas classes venham sofrer (CASHMORE, 2000).

Podemos facilmente fazer menção nesse tema com os direitos humanos, pois é a partir da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 que todo o caminho para diversas ações afirmativas começou a ser pautado. Essa declaração visa garantir os direitos humanos básicos e surgiu diante do cenário da II Guerra Mundial, na qual a humanidade vivenciou diversas barbaridades praticadas contra inimigos de batalha, inimigos políticos, população civil, etc.

Posteriormente a esta declaração, houveram outras declarações da ONU que vieram a pautar importantes avanços políticos institucionais para diversas classes minoritárias, como por exemplo, a declaração de convenção de 1979, que visava a eliminação de todas as formas de discriminação da mulher. Que hoje, uma das mais recentes políticas públicas e ainda dentro do campo de públicas, o qual é analisado aqui nessa pesquisa, podemos citar a política de cotas implementada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que prevê que cada coligação ou partido deverá preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidaturas de cada sexo (BRASIL, 1997).

E isto estendeu-se a outras políticas, como por exemplo, em que uma quantia maior de fundo de campanha deve ser disponibilizada para que as candidatas tenham ainda mais espaço e chances de entrar no cenário político.

É notório que ao longo da história as mulheres, semelhante às pessoas com deficiência, elas acabaram conquistando espaço na sociedade de uma forma mais igualitária, e isto se deve muito a esses tratados feitos nas Declarações e convenções feitas pela ONU ao longo da história. Podemos dizer que o mesmo ocorreu para comunidades LGBTQIA+, pessoas negras, pessoas com deficiência, entre outras. Pois também, através das mesmas declarações, que visavam a igualdade entre pessoas, independentemente de suas escolhas e, ou condições, que estas seriam tratadas igualmente pelo estado, e teriam seus direitos e deveres iguais ao de qualquer outro cidadão.

2.3.1 AÇÕES AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO

Podemos ainda, classificar as ações afirmativas, sobretudo quando nos referimos ao ambiente acadêmico. As ações afirmativas inclusivas são políticas voltadas para o acesso de grupos minoritários numericamente ou historicamente excluídos socialmente ao ensino superior. Essas ações afirmativas podem incluir sistemas de cotas raciais, sociais ou étnicas, reservando um número específico de vagas para estudantes pertencentes a esses grupos em universidades e instituições educacionais. O objetivo é garantir a presença desses grupos no ambiente acadêmico, criando oportunidades que antes eram limitadas.

Exemplificando o caso da Universidade de Brasília, que reserva 50% das vagas exigidas em lei, para estudantes do ensino público, pretos/pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Conforme a Lei Federal nº 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência e, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Essa legislação não estabelece cotas específicas para ingresso em universidades, mas prevê a necessidade de garantir condições de acesso e permanência às pessoas com deficiência em todos os níveis de ensino, incluindo o superior.

2.3.2 AÇÕES AFIRMATIVAS DE PERMANÊNCIA

Essas ações afirmativas visam apoiar e garantir que os estudantes que ingressaram, ou não, por meio das ações afirmativas de inclusão tenham condições adequadas para permanecer e ter sucesso acadêmico. Isso pode envolver programas de tutoria, bolsas de estudo, suporte psicológico, adaptações curriculares, acesso a recursos e infraestrutura adequados para atender às necessidades específicas dos alunos. O objetivo é não apenas admitir esses estudantes, mas também proporcionar condições para que completem seus estudos com êxito.

Com intuito de também exemplificar ao caso da Universidade de Brasília, podemos citar o apoio financeiro oferecido aos estudantes de baixa-renda, auxílio-moradia, isenção nos Restaurantes Universitários e moradias universitárias. E, aprofundando ainda mais esta ação, podemos citar as diversas ações que a Daces, que é um instrumento de ação afirmativa de permanência, têm tomado para garantir a acessibilidade dos alunos com deficiência dentro da Universidade de Brasília. Ações como, por exemplo, a disponibilização de laboratórios acessíveis e especializado para diversas deficiências, salas para aplicação de provas individuais, motorista da Daces responsável por levar os atendidos com dificuldade de mobilidade para vários pontos da universidade e dentre outras atividades que vamos expor através das falas dos entrevistados.

2.4 AÇÕES AFIRMATIVAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A luta pelos direitos das pessoas com deficiência é um processo longo e contínuo, mas teve importantes marcos ao longo da história da civilização. No século XIX, surgiram as primeiras organizações e movimentos voltados para a educação e cuidados específicos para pessoas com deficiência. Por exemplo, surgiram escolas, em 1784, e instituições voltada para as pessoas com deficiência na França, outro exemplo é a primeira escola de surdos que surgiu nos Estado Unidos, no ano de 1817. No entanto, o reconhecimento formal dos direitos das pessoas com deficiência teve avanços significativos após a Segunda Guerra Mundial, com a conscientização sobre

veteranos de guerra e civis feridos, levando a uma maior atenção e demanda por direitos e apoio.

A década de 1960 foi um período crucial na luta por direitos das pessoas com deficiência, com movimentos sociais em várias partes do mundo pressionando por igualdade e direitos civis para todos, inclusive para as pessoas com deficiência. A promulgação de leis e regulamentações, como a Lei de Reabilitação nos Estados Unidos, que aconteceu 1973, e a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes pela ONU, feita em 1975, que acabou impulsionando o reconhecimento e a proteção dos direitos das pessoas com deficiência.

A luta continuou com o estabelecimento de mais legislações e convenções internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ocorrida na ONU, em 2006, que reconhece a igualdade de direitos e a necessidade de inclusão em todos os aspectos da vida. Esta convenção foi um ponto crucial na garantia e promoção dos direitos das pessoas com deficiência em todo o mundo, incentivando políticas de inclusão, acessibilidade e igualdade.

Isto, obviamente, trata-se de um processo contínuo enquanto sociedade, pois ainda é notório que alguns desses grupos minoritários ainda possuem certas dificuldades para inserção na sociedade como um todo. Veremos isso, ao longo do trabalho, relatando o que ocorre com as pessoas com deficiência, que é o nosso principal objeto de estudo.

2.5 Diretoria de Acessibilidade – Daces

Inicialmente, o trabalho desenvolvido pela Daces, era feito pelo Programa de Apoio às pessoas com Necessidades Especiais – PPNE. O PPNE foi estabelecido em 1999, ligado à Vice-Reitoria, após deliberações sobre a admissão, permanência e graduação de alunos com deficiência na Universidade de Brasília. Em 2017, o PPNE evoluiu para a Coordenação de Apoio às Pessoas com Deficiência, vinculada ao Decanato de Assuntos Comunitários - DAC.

Em 2019, a Política de Acessibilidade da UnB foi aprovada através da Resolução do Conselho de Administração nº 0050/2019. Esse conjunto normativo tem como propósito garantir a conformidade com a legislação vigente e referente aos direitos das pessoas com deficiência, Transtornos do Espectro Autista (TEA), altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos.

No ano subsequente, em 2020, o Ato da Reitoria nº 0845/2020 reformulou a estrutura organizacional do Decanato de Assuntos Comunitários - DAC da Universidade de Brasília e, assim deu origem à Daces/DAC. Essa medida está de acordo com as diretrizes deliberadas no Decreto nº 7.611/2011, o qual recomenda a constituição de núcleos de acessibilidade em instituições federais de ensino superior. Esses núcleos têm como propósito, suprimir obstáculos físicos, comunicacionais e informacionais que limitem a participação e o progresso acadêmico e social dos alunos com deficiência e necessidades educacionais específicas.

A Diretoria de Acessibilidade – Daces, segundo nossas pesquisas, não tem por objetivo garantir a acessibilidade somente aos estudantes da Universidade de Brasília. Seu objetivo principal é garantir que estudantes, professores, funcionários e visitantes com deficiência tenham igualdade de oportunidades em todas as esferas da vida acadêmica.

Para compor a Diretoria de Acessibilidade – Daces, sua equipe é formada pelo diretor, equipe técnica, guias-intérpretes de Libras, intérprete de Libras, equipe administrativa e equipe de apoio. Sendo que, a equipe técnica é formada por uma técnica em assuntos educacionais, uma revisora de texto braile e cinco assistentes sociais. A equipe administrativa é formada por dois assistentes em administração, uma secretária executiva e uma técnica em nutrição. A equipe de apoio é formada apenas pelo motorista.

A Diretoria de Acessibilidade – Daces é quem faz o papel de recepção dos alunos com deficiência quando os alunos vão realizar suas matrículas presencialmente na Universidade de Brasília. Bem como aconteceu com o autor desta pesquisa, quando o aluno passa por análise de uma banca examinadora de médicos, logo após, em caso de aprovação da banca, o aluno é apresentado por meio de informativos impressos, sobre a Daces, bem como de como contatá-los através de e-mail, telefone e pessoalmente, já que é também fornecida sua localização.

A Daces desenvolve estratégias para tornar os espaços físicos acessíveis, disponibilizar materiais didáticos em formatos adequados às necessidades dos alunos atendidos, oferecer suporte técnico e orientação no uso de tecnologias assistivas, entre outras medidas importantes.

Além disso, a Daces atua na sensibilização da comunidade acadêmica e na promoção de debates sobre questões relacionadas à inclusão e acessibilidade,

buscando criar um ambiente universitário mais diversificado, inclusivo e consciente das necessidades de todos.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Até aqui, nessa análise, utilizamos dados bibliográficos para trazer significado a cada um dos temas do qual pretendemos discorrer aqui. Esses dados bibliográficos são obtidos através de artigos, revistas científicas e acadêmicas especializadas no tema, dissertações e até mesmo a Constituição Brasileira, quando foi necessário trazer o conhecimento dos direitos adquiridos, enquanto cidadão, pelas pessoas com deficiência.

A seguir, neste capítulo, pretendemos informar como os dados serão coletados e com que técnicas serão trabalhados para tentarmos responder à questão em análise. Para que isso ocorra, foi necessário não somente a análise estritamente técnica diante dos dados adquiridos posteriormente, mas também foi necessário a análise crítica do autor, que é graduando do curso de Gestão de Políticas Públicas, também na Universidade de Brasília.

3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Na abordagem científica da qual pretendemos analisar os diversos dados obtidos, realizamos entrevistas com perguntas semiestruturadas e, ouvimos graduandos beneficiados pela ação afirmativa que estudamos aqui, isto é, pessoas com deficiência inseridas na Universidade de Brasília através de cotas para pessoas com deficiência.

Outra parte dos dados foram coletados através de entrevistas com um ator-chave que está inserido na Política Pública aqui analisada, ou seja, falamos de um gestor do órgão responsável pela gestão e atendimento desses graduandos.

3.2 TIPO DE PESQUISA

Para realizar este trabalho acadêmico procuramos formalizar a pesquisa com objetivos exploratórios e descritivos. Esta escolha deu-se por conta de o autor do

trabalho ser um estudante da instituição de ensino que será analisada e, também por conta do autor, ainda enquanto graduando, ser uma pessoa com deficiência física.

Pretendemos explorar mais o tema em questão e, se possível, ser uma análise que possa gerar sugestões de melhoras para os leitores, sobretudo para os atores públicos que estejam inseridos na execução de políticas voltadas para este tema. E sobre o objetivo da metodologia descritiva, isto se dar pelo objetivo de o autor tornar o tema mais evidente e conhecido para futuros leitores, que podem, ou não, mudar concepções e pré-conceitos sobre esse determinado grupo da sociedade.

Segundo Marconi e Lakatos (2010) o tipo de pesquisa de caráter descritivo procura o estabelecimento de relação entre variáveis, ou procura descrever determinadas características de alguma população específica e/ou fenômeno. Já para o autor Gonçalves (2014), a pesquisa de caráter exploratório leva o leitor à descoberta, o achado, a explanação de determinados fenômenos ou o esclarecimento do que, apesar de evidente, outrora não era aceito. Já para os autores. O autor desta pesquisa, que apesar de também se encontrar como graduando portador de deficiência física, não procurou atendimento desse departamento da Universidade de Brasília, desta forma a pesquisa demonstra características de ser exploratória.

3.3 FONTES DE PESQUISA

Nesta pesquisa, assim como nos formulários e entrevistas, utilizamos fontes primárias, ou seja, pessoas que estão diretamente ligadas à política que é tema do trabalho acadêmico. Através de formulários semiestruturados entrevistamos os graduandos que possuem alguma deficiência e são atendidos pela Diretoria de Acessibilidade - Daces da UnB, e fizemos entrevistas nos mesmos moldes com um gestor desse mesmo diretório.

A escolha dessa fonte de pesquisa, bem como ao método de aplicação, é para que tenhamos a melhor percepção possível dos atendidos e dos aplicadores da política dentro da instituição de ensino.

3.4 DESCRIÇÃO DA APLICAÇÃO DE PESQUISA

Podemos analisar através de Richardson (1977) que os questionários para análises de estilos cognitivos podem ser baseados nos seguintes pontos: Bipolaridade verbal-visual, estabilidade temporal traduzido para diferentes etapas da vida e estabilidade expressiva que é traduzido para diferentes situações de experiência. Num outro momento, Richardson (1994) inclinou-se a aceitação do reconhecimento de preferências individuais verbais ou visuais para trabalhar com experiência vivida ou trabalhar com as informações coletadas. Para este autor, os entrevistados possuem memória na fala mais apurada. E o entrevistador terá maior facilidade de trazer a lembrança memórias visuais.

Foram elaboradas perguntas semiestruturadas em forma de roteiro para a realização de entrevista com os participantes. A primeira entrevista foi realizada com um gestor da Daces (identificado como G1) e, a partir deste espaço, podemos identificar alunos beneficiários das ações ofertadas pela Diretoria e abordá-los questionando-os sobre o interesse em participar da pesquisa, concedendo, eles também, entrevistas.

Na abordagem realizada dentro da Daces, explicamos os objetivos da pesquisa e 5 pessoas aceitaram participar e forneceram dados para contato posterior. Entrei em contato com todas elas e 3 pessoas não puderam ser entrevistadas porque declinaram da conversa ou pela incompatibilidade nas agendas.

Ao final, foram entrevistadas 2 pessoas, alunos dos cursos Serviço Social e Ciências Ambientais, com um roteiro elaborado especialmente para essa finalidade. A primeira pessoa entrevistada (identificada como E1) é aluno do curso Serviço Social e é beneficiária das ações afirmativas, ofertadas pela Daces. A segunda pessoa entrevistada (identificada como E2) é aluno do curso Ciências Ambientais e é beneficiada das ações afirmativas, ofertadas pela Daces.

Ambos, inclusive o gestor que entrevistamos primeiro, assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido e tiveram suas entrevistas gravadas. As conversas duraram aproximadamente 30 minutos e foram realizadas dentro da própria Universidade de Brasília.

As transcrições das entrevistas foram realizadas com apoio do software Notta. Posteriormente, o autor editou as transcrições, corrigindo possíveis erros de gramática que o software possa ter gerado no texto transcrito.

3.5 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS

Para fazer a análise dos resultados utilizamos a metodologia de Bardin, que fornece um processo estruturado para analisar dados textuais e é adaptável a diferentes tipos de material, como entrevistas, documentos, artigos, entre outros. Bardin não introduz uma nova teoria específica, mas sua abordagem se baseia em princípios teóricos que visam a compreensão e interpretação do conteúdo textual. Ele enfatiza a importância de uma abordagem sistemática e rigorosa na análise, incluindo a estruturação da pesquisa, a codificação e categorização dos dados, e a interpretação dos resultados (BARDIN, 2019).

A análise de conteúdo das entrevistas conduzidas neste estudo foi realizada seguindo a metodologia proposta por Bardin. Inicialmente, os objetivos da análise foram estabelecidos, e as transcrições das entrevistas foram submetidas à pré-análise para identificação de unidades de registro pertinentes. Posteriormente, os trechos relevantes foram codificados e agrupados em categorias, conforme os passos preconizados por Bardin na análise de conteúdo. A interpretação dessas categorias permitiu identificar padrões recorrentes e emergentes, oferecendo insights significativos sobre os alunos com deficiência que são atendidos na Daces.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DE PESQUISA

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

G1 nos relatou que teve diversas graduações e pós-graduações ligadas para o tema de inclusão e acessibilidade. A partir do momento da criação da DACES, ela nos relatou que o seu trabalho se tornou mais conhecido. Aproveitamos o momento de apresentação para perguntar sobre sua atuação na Daces:

Eu sou responsável pela execução dos recursos das políticas de acessibilidade, da articulação entre decanatos e unidades acadêmicas para

garantia dos direitos previstos na política, no diálogo com professores, com técnicos e com os próprios discentes que são sujeitos de direito da política. Então essa parte de gestão fica na minha competência. Nós, hoje, na equipe temos 16 servidores aqui contando com os estagiários. Trabalhamos das 7 às 19 horas, que é o horário de funcionamento nosso, e estamos em processo de estruturação das coordenações. Nós ainda não temos coordenadores na diretoria, porque a diretoria recente foi criada em 2020. Atuamos muito fortemente no ensino remoto e agora a gente está então nessa retomada do ensino presencial, há um ano e meio, buscando então consolidar a política nos cursos de graduação e pós-graduação.

Ainda sobre essa última fala, perguntamos sobre a atuação dos coordenadores, no qual a Diretoria de Acessibilidade aguarda resolução para admissão destes profissionais na Daces. O G1 nos explicou que os coordenadores atuariam no auxílio as atividades da gestão e, com a chegada deles, ficariam responsáveis por núcleos, como núcleo de produção de materiais acessíveis e núcleo de formação, por exemplo.

Solicitamos a E1 uma breve apresentação e, ele prontamente nos atendeu diante da entrevista. E1 é natural do Pará e veio para Brasília com intenções de buscar tratamento para sua deficiência, na época, recém adquirida. Ele nos relatou:

Ingressei via ENEM. Perdi a visão em 2009. Como eu vim para Brasília para fazer o tratamento de visão, como ia demorar, eu fiz o ENEM e ingressei na UnB. No ano de 2019 passamos aí pela pandemia, fizemos todo um processo remoto e retornamos de presencial em 2022. E estou no último período de ciências sociais, faltando apenas 60 créditos, mas estou fazendo duas disciplinas finais. E no semestre, eu totalizo três disciplinas que uma já conclui. Acho que inicialmente é isso.

Através da entrevista do E2, podemos identificar, que o mesmo, por não ser um aluno que ingressou na UnB através das cotas para pessoas com deficiência, ele não tinha conhecimento da existência da Diretoria. Ele nos relatou isso logo no início da entrevista que, semelhante aos outros entrevistados, pedimos que fizesse uma breve apresentação:

Sou aluno de ciência ambiental, aqui da Universidade Brasília, um curso que é um consórcio formado por cinco departamentos. No Daces, que antes era o PPNE. Eu tomei ciência diante de um professor de química, recém-empossado, como efetivo. E que ele me orientou à reitoria conhecer direitos e os deveres do aluno e que ele tinha um aluno do PPNE. E que ele verificou com o meu esforço, que como dislexo, eu era para ter sido acompanhado já tinha dois anos dentro do curso e não sabia ou tinha ciência disso.

4.2 FORMAS DE ACESSO AO DACES

Perguntamos a G1 como o aluno, quando deseja ser atendido pela Daces, deve fazer para solicitar tal apoio. Ele nos informou que:

Os estudantes que estão, que solicitam apoio pelo SIGA, no nosso setor, eles são acolhidos aqui. Então, o estudante que precisa do apoio da Daces, ele entra no SIGAA, solicita o apoio, a nossa equipe é notificada via sistema,

entra em contato com o estudante, solicita a documentação que comprove a condição de deficiência e faz o acolhimento do estudante. A partir desse momento, o estudante passa a ser acompanhado pela diretoria. Nós identificamos isso para os coordenadores. Para os professores e no próprio sistema do SIGAA, o aluno que é cadastrado aqui na DACES, exclusivamente para os professores e coordenadores, ele é identificado pelo símbolo de acessibilidade, que é o bonequinho no centro de um círculo.

Sobre o cadastro do aluno junto a Daces, podemos analisar a importância da identificação dele, já que assim o professor, que venha a ter um aluno com deficiência em sua turma, terá conhecimento através da plataforma SIGAA, mesmo antes que a aula inicie. Podemos analisar isso através da fala de G1: “O professor, no momento que o aluno se matricula na disciplina, ele já tem conhecimento de que ele vai ter um aluno cadastrado na diretoria e que esse aluno vai precisar de algum suporte”

Após esse cadastro, que faz com que todo professor, ao longo da graduação do discente, tome conhecimento da deficiência de um determinado aluno e que o aluno poderá necessitar de algum auxílio ou atenção especial. Mais detalhes sobre as condições do aluno que são apresentados para o professor, são apresentados através de uma carta. G1 explica que:

O aluno ao longo do curso vai com esse documento, que é um documento que a gente elabora, com orientações para a promoção da acessibilidade. Então, o aluno que fez o cadastro aqui, a gente elabora um documento falando para o professor, qual é a especificidade do aluno em linhas gerais, porque a gente não coloca informações pessoais do estudante nesse parecer. A gente orienta em relação à questão de acessibilidade metodológica, avaliativa, em relação ao espaço da sala de aula, para cada tipo de especificidade e a gente apresenta as ações da Diretoria de Acessibilidade que são vinculadas àquela especificidade. Por exemplo, para o aluno surdo, como que o professor ou o coordenador de curso pode solicitar intérpretes, produção de material em livros, para o aluno cego, produção de material em braille ou áudio, com baixa visão, ampliado, então para cada especificidade a gente faz essas orientações em relação aos nossos serviços.

Aliado a todo esse processo de cadastro, mas digamos que, num processo posterior ao cadastro, perguntamos a E1 qual seria sua relação com a equipe da Daces. Já que ele, por ser um deficiente visual e, utilizando os serviços da Daces praticamente diariamente, mantém uma relação social com vários atores da Diretoria: Ele nos relatou:

Com as pessoas que estão a minha comunicação é direta. Tanto com o Motorista, como os servidores que ali prestam serviço para nós. É direta a comunicação e, por essa razão não tem embaraço, não tem nenhum empecilho. O obstáculo comunicacional não existe. É bem tranquilo comigo.

4.3 A VIVÊNCIA DOS ATENDIDOS NA DACES

E1, como deficiente visual, utiliza os serviços acessíveis da Daces, tais como: textos audificados, auxílio dos leitores, tutoria e serviço de transporte, também ofertado pela Daces, dentro do campus. Para ele a equipe da Daces tem prestado um bom serviço e sempre o atende de maneira satisfatória. Podemos reparar isso através de uma de suas falas:

Do ponto de vista institucional para o que nós tínhamos e para o que nós temos, tem bastante qualidade, avançou bastante. Têm as estagiárias também que dão apoio. Os servidores de um modo geral da Daces são pessoas que estão imbuídas do sentimento de política inclusiva e acessível a todos os deficientes. Hoje nós temos na ordem de 700 deficientes acolhidos pela DACES, e é basicamente isso.

E2, como deficiente com déficit de atenção e dislexia, utiliza os serviços de tempo adicional para aplicação de prova, monitoria para auxílio nas disciplinas e tutoria. E2 não entrou na UnB como cotista e, por isso, tomou conhecimento da Daces quando já era aluno, através de um professor que o recomendou a conhecer a diretoria.

Para a gestão da Diretoria de Acessibilidade – DACES, o papel e objetivo da diretoria não se limita apenas à promoção, inclusão e acessibilidade como política transversal na UnB, e como prevê a Resolução do Conselho de Administração da Universidade de Brasília Nº 0050/2019. A atuação da DACES vai ao encontro com a democratização do ensino dentro do ambiente acadêmico. Em uma de suas falas, o G1 nos relatou:

Então, de forma direta, a gente atua para promover a acessibilidade, para eliminar essas barreiras. De forma indireta, eu acho que daí seria o resultado do nosso trabalho para toda a comunidade universitária, e aí se refere a uma educação anticapacitista.

Na visão dos alunos, que são atendidos pela Daces, o objetivo da Daces seria o de servir como ouvidoria dos alunos com necessidades de acessibilidade e levar suas demandas para os setores responsáveis para que seja atendida a devida reivindicação. Na pesquisa, ouvimos do E1 o seguinte relato:

Eu acho que o papel da DACES já vem fazendo, escutando os reclamos, as demandas, encaminhando oficialmente, dialogando com o decanato

competente e por essa razão tem acontecido algumas coisas, mas exatamente ainda não é o suficiente para nós termos uma acessibilidade e uma inclusão plena.

O E2 nos trouxe um significado mais abrangente e técnico do objetivo da DACES, quando perguntado sobre o papel da Diretoria. Para o E2: Ela é o primeiro braço de formação de direito e de defesa do direito.

Podemos analisar através das falas do G1 e, que já mencionamos na justificativa, que o trabalho da Diretoria de acessibilidade tem se mostrado muito necessário. Pois através de ações afirmativas de inclusão, como as cotas para pessoas com deficiência, o número de estudantes vem aumentando ao longo dos anos. Podemos analisar isso através da seguinte fala:

Então são vários os desafios que a gente tem, que não são restritos à Universidade de Brasília, mas que hoje representam um desafio para todas as universidades brasileiras. Porque a partir da política de cotas a gente teve um aumento muito significativo no número de estudantes da Daces. Anteriormente a gente trabalhava, há oito anos atrás, talvez com uma média de, não sei se chegava a 100, 120 estudantes, hoje a gente tem 650. Isso é o resultado de uma política de cotas, de ações afirmativas, da abertura da universidade, também para as pessoas com diferentes especificidades. Muitos estudantes autistas, por exemplo, entram na universidade pelo sistema universal. Outros utilizam a cota. Então essa ampliação de direitos, essa ampliação de políticas é que tem garantido a presença dos estudantes aqui e que tem transformado as nossas práticas, tanto as práticas de gestão quanto as práticas de ensino, pesquisa e extensão. Então a gente está nesse processo de transformação institucional, vou dizer assim, tendo em vista a presença de um número significativo dos estudantes na nossa instituição que vivenciam a deficiência, o autismo, altas habilidades.

Podemos analisar também em algumas falas a necessidade de uma inclusão dos alunos atendidos pela Daces em outras políticas de ação afirmativa de permanência. Já que alguns desses fatores pode se tornar, ou não, fator limitante a permanência do aluno com deficiência na Universidade de Brasília. Analisamos isso através da fala do E2:

O meu quadro atualmente é de um desempregado, não sou assistido. Depois da pandemia, é um quadro um pouco difícil porque eu trabalho de forma autônoma, informal, ao meu sustento e parte da família me ajuda, não ajuda do meu pai que nunca ativa.

Notamos também essa mesma necessidade, das ações afirmativas de permanência, através das falas do E1:

Então, uma coisa que precisa ser melhorada é a questão da mobilidade, das áreas administrativas para o UnB. Até a construção de um metrô, até a

construção de vias específicas, ter um apoio maior. Como por exemplo, no Maranhão você tem um programa travessia. O que traduz esse programa? É que existe um ônibus, vários ônibus e vans que são pagos pelo governo do Estado para pegar o deficiente onde ele estiver e levar para os locais que ele precisa. Aqui temos o motorista da Daces mas não é suficiente, aquilo é só internamente. Precisaria das R. A. s para dentro da universidade. Então isso faz com que alunos deficientes desistam de continuar dentro da universidade. Não é o meu caso. No meu caso eu morava no sobradinho, era muito cansativo para mim, eu chegava morto. Então a família me ajudou a alugar um quitinete aqui próximo. E eu venho andando quando tem alguém que me acompanhe, e vou de Uber ou venho de Uber, que se torna muito oneroso para o estudante. E eu só faço isso porque sou ajudado pela família.

E conseguimos localizar essa mesma reivindicação, através de uma das falas do G1, para cruzar esses dados e fazer a análise deste trabalho:

Muitos estudantes da Daces são de baixa renda, então eles precisam de auxílio socioeconômico para se manter aqui, além da questão de material. Acompanhante que é um desafio, estudantes que vêm de outras partes do Brasil e que precisam de moradia estudantil, e que essa moradia tem que ser acessível.

Inclusive, quando evidenciado pelo G1, de estudantes que vem de outras partes do Brasil, relembramos que esse é o caso do E1, por exemplo.

Nessa questão de mobilidade, podemos identificar a mesma reivindicação através da fala do E2. Quando ele nos fala:

Ao mesmo tempo o horário pode não convir porque conflita com a pessoa PcD com limitação de movimento que precisa do transporte público para ir para casa e não é todo ônibus que tem adaptação, principalmente se ele for cadeirante. Será que o horário convém?

E, no caso de E2, esse problema de mobilidade é agravado por ele residir numa cidade do entorno do Distrito Federal, mais especificamente em Valparaíso de Goiás. Ele nos relatou esse problema: “Às vezes você não tem flexibilidade porque no entorno não tem transporte nem a minha passagem. O aluno fica desassistido no entorno, ensino médio e ensino superior vindo de Goiás.”

Conseguimos cruzar com os dados coletados através da entrevista com G1 essa mesma preocupação. G1 pontua a questão da mobilidade como um desafio, que a gestão e os estudantes enfrentam:

Para quem tem dificuldade de locomoção ou deficiência física, um dos grandes desafios é o transporte acessível de casa até a universidade. Nós temos estudantes que moram longe, que precisam pegar muitas vezes dois transportes públicos e que muitas vezes esses transportes não são acessíveis. Então essa é uma barreira significativa que a gente tem, o deslocamento do estudante da sua casa até a universidade. Outro desafio que a gente tem, que a gente busca parcialmente resolver, é a mobilidade no campus. Então nós temos um transporte, a gente está adquirindo agora uma

van acessível, está no processo de adesão de uma ata para conseguir fazer a compra desse veículo de acessibilidade, tendo em vista a possibilidade de ampliar esse apoio de transporte e locomoção aqui no campus

Outra problemática que analisamos através dos dados levantados através da fala do E2, diz respeito ao horário de funcionamento da Daces. E atinge alunos de cursos noturno, como por exemplo, os alunos que cursam Gestão de Políticas Públicas, que é curso do autor da pesquisa. E2 nos relatou:

Isso foi uma reclamação antes da pandemia, foi a extensão do horário que funcionava das 9 a 5 e eles estenderam das 7 a 7. Pois eu era da noite e como muitos alunos da noite encontram, não tem ciência da existência e não são assistidos, só alunos cadeirantes com dificuldade de mobilidade, precisam do veículo do Daces PPNE para transporte, não tem acesso por ser aluno da noite. E nem do próprio laboratório para consulta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta pesquisa com intuito de agregar conteúdo a academia, fornecendo mais dados para um tema que ainda é muito recente no Brasil, se comparado a outros países. O momento em que iniciamos esta análise era de uma transição de gestão do executivo federal, em que era notável pouco investimento em ações afirmativas voltadas para públicos carentes de políticas como tal. E, pelo interesse do autor da pesquisa, sendo uma pessoa com necessidades especiais, não só de contribuir para a academia, mas também de conhecer uma política pública que o autor é diretamente beneficiado, assim surgiu esta iniciativa de analisarmos a política de cotas e como esta ação afirmativa tem auxiliado na democratização do ensino.

Com isto, podemos verificar com os dados obtidos que o principal órgão, da Universidade de Brasília, que atua diretamente com os alunos, enquanto pessoas com deficiência, tem atendido seu público-alvo. Importante mencionar que alguns problemas que ouvimos dos entrevistados são de responsabilidade de outros órgãos e esferas do poder público, como por exemplo a reivindicação de ônibus acessíveis, com maior regularidade e, de mais viagens disponíveis. Ainda que, no artigo 13 da resolução do conselho de administração nº 0050/2019 a Universidade de Brasília disponha que um dos seus papéis seria o de promover diálogo com o órgão fiscalizador de transporte público do Distrito Federal. Então, podemos concluir que, várias demandas independem da atuação da Diretoria de Acessibilidade e, que precisam passar por outros órgãos de atuações executivas, como por exemplo a Reitoria da Universidade de Brasília.

Tivemos como um dos objetivos específicos, analisar as estratégias que o órgão de atuação mais direto dos alunos, enquanto pessoas com deficiência, estão colocando em prática para atingir seu respectivo público-alvo. Isso sendo feito do ponto de vista dos atendidos, os alunos com deficiência da Universidade de Brasília. E, através de visitas a Diretoria de Acessibilidade que, posteriormente, possibilitou uma entrevista com um gestor da diretoria, podemos analisar, através das falas do gestor, como eles têm atuado para atender os alunos com deficiência ao longo da graduação.

Através das visitas à Diretoria de Acessibilidade, também tivemos a possibilidade de conhecer alunos que utilizam constantemente os serviços ofertados pela Daces. E, aplicando a entrevista para os alunos que aceitaram participar, podemos cruzar os dados, retirados de suas falas, com os dados obtidos anteriormente através da entrevista com o gestor da Diretoria de Acessibilidade.

Através do cruzamento de dados obtidos nas entrevistas podemos concluir que a Diretoria de Acessibilidade tem garantido êxito em atingir o seu público-alvo, falamos dos estudantes com deficiência da Universidade de Brasília. E, diante disso, ainda verificamos que a diretoria vem tomando uma importante atuação na conscientização de todo o corpo acadêmico para o tema de Pessoas com Deficiência e, vem atuando, dentro do campus, para dirimir o capacitismo.

Diante dos dados obtidos, verificamos que uma abordagem com questionários estruturados que atingissem um número maior de estudantes deficientes seria uma outra proposta que, possivelmente, traria resultados mais amplos e complexos. Pois

diante do tempo limitado para aplicação das entrevistas, acreditamos que o questionário semiestruturado seria o melhor para a finalização deste trabalho. Pois, quando, posteriormente, solicitamos a aplicação da entrevista, podemos analisar um certo desconforto nos interessados quando convidados para agendar a conversa. Através desta pesquisa podemos analisar que uma futura análise, dentro do tema de pessoas com deficiência, pudesse ser realizada. No entanto, outra análise que sugerimos é a da percepção dos demais alunos da Universidade de Brasília sobre a convivência acadêmica e as visíveis dificuldades dos alunos com deficiência. e

Essas curiosidades geradas no autor foram evidenciadas através de um tema em destaque atual, que é o capacitismo. Também analisamos a preocupação diante deste tema, através de uma última fala do gestor, que nos atendeu na Diretoria de Acessibilidade, e que ali demonstrou grande preocupação em mudar a visão de toda a comunidade acadêmica através da mudança de paradigmas e conceitos pré-existentes.

O autor finda esta análise evidenciando que o ambiente acadêmico foi um importante pilar na sua construção como cidadão e ser humano. Pois foi através deste ambiente acadêmico que ele conseguiu se impor no seu lugar de fala e, demonstrar sem nenhuma vergonha ou acanhamento, sobre a necessidade da sociedade em aceitar o diferente e saber de suas necessidades específicas. Aproveitamos ainda o espaço para fazer menção a uma fala de uma autora que conhecemos através de uma das entrevistas, que aplicamos a um dos alunos com deficiência. Debora Diniz possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília e em Direito pela Universidade de São Paulo, é uma renomada antropóloga e autora brasileira no reconhecimento e classificação dos termos sobre a pessoas com deficiência, além de ser reconhecida no ativismo pelos Direitos Humanos. Para Debora, não se pode equiparar a deficiência à variação normal da espécie humana, uma vez que a anormalidade é mais um conceito estético do que um julgamento moral sobre estilos de vida (DINIZ, 2007).

5 REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 10ª ed. São Paulo: Edições 70, 2019.
- BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Dispõe sobre direitos da pessoa com deficiência. *Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência*, v. 48, p. 3-4, 1999.
- BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado. *Diário Oficial da União, Brasília, DF*, 17 nov. 2011.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. *Diário Oficial da União, Brasília, DF*, 28 dez. 2012. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União, Brasília, DF*, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. Lei nº 14.723, de 14 de novembro de 2023. Institui sobre a lei de cotas. *Brasília, DF*, 14 nov. 2023. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. Lei nº 5346, de 11 de dezembro de 2008. Dispõe sobre direitos do candidato deficiente no ensino superior. *Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, Rio de Janeiro*, v. 48, 2008.
- BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Dispõe sobre lei das eleições. *Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, [S. l.]*, v. 48, 1997.
- CASHMORE, Ellis. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2000.
- DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- DINIZ, Debora. *O que é Deficiência?* 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GOMES, Fabrício Pereira; ARAÚJO, Richard Medeiros de. Pesquisa quanti-qualitativa em administração: uma visão holística do objeto em estudo. *Seminários em administração*, v. 8, p. 1-11, 2005.
- GONÇALVES, H. A. (2014). *Manual de metodologia da pesquisa científica*. 2 ed. São Paulo: Avercamp. Holbrook, M. B., & Hirschman, E. C. (1982, Setembro) The Experiential aspects of consumption: consumer fantasies, feelings, and fun. *Journal of Consumer Research*, 9(2), 132-140, 1982.
- HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. *Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- JENKINS-SMITH, H.C.; SABATIER, P.A. The study of public policy processes. In: JENKINS-SMITH, H.C.; SABATIER, P.A. (Orgs.). *Policy change and learning: an advocacy coalition approach*. Boulder, Westview Press, 1993.

Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2010). Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas. Mathias, L. (2018). A influência dos tipos de comportamento na tomada de decisão do consumidor.

MELO, A. M. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. (org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). São Paulo: Sumaré, 1999. v. 3. p. 59-99.

Michaelis. Moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

RICHARDSON, A. (1977). Verbalizer-visualizer: A cognitive style dimension. *Journal of Mental Imagery*, 1, 109-126.

Richardson, A. (1994). Individual differences in imaging: their measurement, origins, and consequences. New York: Baywood Publishing Company.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 5.346, de 10 de dezembro de 2008. Dispõe sobre o novo sistema de cotas para ingresso nas universidades estaduais. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 10 dez. 2008.

RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos, In: RUA, M. G.; CARVALHO, M. I. V. (Org.). O Estudo da Política: Tópicos Seleccionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SARLET, I., & SARLET, G. (2019). AS AÇÕES AFIRMATIVAS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL – CONTEXTO, MARCO NORMATIVO, EFETIVIDADE E DESAFIOS. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, 24(2), 338-363.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Conselho de Administração. Resolução nº 0050, de 15 de março de 2019. Institui a Política de Acessibilidade da Universidade de Brasília. Brasília, DF, 15 mar. 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Decanato de Ensino de Graduação, Diretoria de Acessibilidade. 10469473. Brasília. Sistema Eletrônico de Informações, 2023. Assunto: Alunos com Deficiência. Referência: Processo SEI nº 10469473/2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Reitoria. Ato nº 0845, de 25 de setembro de 2020. Atualiza a estrutura organizacional do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC). Brasília, DF, 25 set. 2020.